

2022



A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA BRASILEIRA

Crislaine Luisa Araujo, Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto, e-mail: crislaine-araujo@usp.br

Débora Cristina Piotto, Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto, e-mail: dcpiotto@usp.br

Resumo.

O ingresso, a permanência e a conclusão de um curso superior envolvem questões políticas, sociais, históricas, econômicas e também subjetivas. A recente expansão pela qual passou o Ensino Superior no Brasil trouxe para as universidades um público mais diversificado no que se refere a faixas etárias, características étnico-raciais e socioeconômicas. Essa diversidade apresentada por este novo público exige uma análise de todo o universo que permeia as relações dentro das universidades, que além do processo de ensino-aprendizagem e de questões materiais, envolve também questões relacionais, no que diz respeito às relações entre os discentes, entre discentes e docentes. Nesse sentido, tendo em vista avaliar como essas questões têm sido abordadas pela pesquisa educacional, realizamos o presente estudo. O referencial teórico dessa pesquisa é pautado na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, tratando-se de uma pesquisa bibliográfica que objetivou caracterizar a produção acadêmico-científica de artigos sobre o tema permanência estudantil e universidade. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico na base de dados *Scielo* nos últimos dez anos (2011 a 2021). A pesquisa buscou artigos publicados no Brasil, em português de 2011 a 2021, e que contivessem, ao mesmo tempo, as palavras-chave “permanência estudantil” ou “permanência” e “universidade” ou “Ensino Superior”. A busca resultou na localização de dez artigos. Após a leitura de todos os textos, realizamos a categorização deles a partir das temáticas mais centrais discutidas. Assim, foram definidas cinco categorias, a saber: trajetória escolar, avaliação das políticas assistenciais, democratização do acesso, desempenho acadêmico, saúde mental e permanência estudantil. A depender da discussão empreendida em cada texto, ele pôde figurar em mais de uma categoria. Dessa forma, obtivemos nove trabalhos discutindo o desempenho acadêmico, oito sobre democratização do acesso, seis sobre trajetória escolar e avaliação das políticas assistenciais e apenas dois analisando saúde mental e permanência estudantil. No tocante à categoria mais presente nos textos – desempenho acadêmico –, os nove artigos que discutiram essa questão afirmam que os benefícios e serviços de apoio oferecidos pela assistência estudantil são fundamentais tanto para a permanência quanto para a conclusão do curso, principalmente para os estudantes mais pobres. Em relação à discussão sobre democratização do acesso, presente em oito dos artigos localizados, aponta-se para a importância também da democratização do acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Referente à terceira categoria – trajetória escolar –, os seis artigos em que ela aparece apontam que a trajetória do estudante em situação de pobreza é marcada por questões de ordem material (objetivas, como questões financeiras e materiais) e simbólica (subjetivas,



relacionadas ao aspecto emocional e psicológico) que interferem diretamente em sua permanência na universidade, nos índices de retenção bem como no desempenho acadêmico. Sobre a avaliação das políticas assistenciais, os artigos encontrados indicam a importância da existência das políticas de assistência estudantil para a permanência dos estudantes das camadas sociais mais desfavorecidas financeiramente. E, por fim, a última categoria de análise – saúde mental – está presente em apenas dois artigos, que afirmam ser fundamental a problematização da Universidade e das relações desenvolvidas no contexto acadêmico em busca da saúde mental dos estudantes universitários como forma de ações institucionais para promover a permanência estudantil. Destaca-se o pequeno número de trabalhos que versam especificamente sobre a dimensão simbólica da experiência universitária, notadamente a questão da saúde mental. Nesse sentido, apontamos a necessidade de mais estudos que enfoquem essa temática. Com a realização deste trabalho, constatou-se a importância das políticas institucionais de assistência estudantil na universidade tanto no acesso quanto na permanência do discente.

Palavras-chave: Permanência Estudantil, Universidade, Estudantes em Situação de Pobreza.

1. Introdução

O ingresso, a permanência e a conclusão de um curso superior envolvem questões políticas, sociais, históricas, econômicas e também subjetivas. A recente expansão pela qual passou o Ensino Superior no Brasil trouxe para as universidades um público mais diversificado no que se refere a faixas etárias, características étnico-raciais e socioeconômicas. Assim, por exemplo, atualmente temos um novo público formado por estudantes-trabalhadores que ultrapassaram a faixa dos 25 anos. Além disso, observa-se também, a presença de jovens provenientes das mais diversas camadas sociais (Ferraz, Pires, Gomes, Souza, Bezerra, Silva, & Miranda, 2020)

O cenário da educação brasileira mudou muito desde os anos 2000, com um crescimento considerável do sistema educacional. No tocante à Educação Superior houve a criação e expansão de novas instituições de Ensino Superior para atender às mudanças relacionadas à globalização que exige a participação no mercado de forma ativa frente à complexidade concorrencial do mercado. (Cunha, Silva, Plantullo, & Paiva, 2014)

Para a criação e execução das políticas de expansão do Ensino Superior, nas últimas décadas, o Governo Federal tomou algumas medidas de incentivo ao acesso e permanência nas instituições públicas e privadas, como por exemplo, a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) pela Lei nº 11.096 de 2005; da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Decreto nº 5.800 de 2006; do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), pelo Decreto nº 6096 de 2007; do Sistema de Seleção Unificado (SISU) em 2009 e regulamentado pela Portaria Normativa nº 2 de 2010. Também houve ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pela Portaria Normativa nº 10 de 2010 e a criação de programas de cotas para as minorias vítimas de um histórico de exclusão, como negros, índios, pobres e investimentos em programas pré-vestibulares gratuitos, como, por exemplo, a Lei 10712/2012, que institui a reserva de vagas para estudantes pretos e pardos em todas as instituições de ensino federais. No bojo da adoção dessas políticas expansionistas, é implementado, em 2008, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).



A partir dessa ampliação e diversificação, o cotidiano universitário passou a ser objeto de estudos, sobretudo no que diz respeito a questões de evasão e permanência, sucesso e fracasso acadêmico, fatores relacionados à saúde, ao aprendizado, bem como formação e desenvolvimento de habilidades específicas. Assim, a diversidade apresentada por este novo público exige uma análise de todo o universo que permeia as relações dentro das universidades, que além do processo de ensino-aprendizagem e de questões materiais, envolve também questões relacionais, no que diz respeito às relações entre os discentes bem como entre discentes e docentes. Nesse sentido, tendo em vista avaliar como essas questões têm sido abordadas pela pesquisa educacional, realizamos o presente estudo.

2. Metodologia

Para isso, procedemos a uma pesquisa bibliográfica que objetivou caracterizar a produção acadêmico-científica de artigos sobre o tema permanência estudantil e universidade. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico na base de dados *Scielo* nos últimos dez anos (2011 a 2021).

O referencial teórico dessa pesquisa é pautado na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural que traz como proposição que o homem seja resultado de sua relação com o meio, sendo a consciência humana resultado das relações do sujeito com os objetos, com a natureza, com a cultura e a história. O presente estudo trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, denominada como levantamento de Revisão Bibliográfica, que, segundo Lima e Miotto (2007), possibilita um grande alcance das informações, permitindo a utilização de dados de muitas publicações e contribui para uma melhor definição conceitual de um objeto de estudo. A Revisão Bibliográfica localiza e consulta as informações inerentes ao tema de pesquisa nas fontes escritas, coletando importantes dados para o embasamento de uma temática ao analisar bibliografias já publicadas sobre ela (LIMA & MIOTTO, 2007).

A pesquisa buscou artigos publicados no Brasil, em português, no período de 2011 a 2021, e que contivessem, ao mesmo tempo, as palavras-chave “permanência estudantil” ou “permanência” e “universidade” ou “Ensino Superior”. A busca resultou na localização de dez artigos. Após a leitura de todos os textos, realizamos a categorização deles a partir das temáticas mais centrais discutidas.

Assim, foram definidas cinco categorias, a saber: trajetória escolar, avaliação das políticas assistenciais, democratização do acesso, desempenho acadêmico, saúde mental e permanência estudantil. A depender da discussão empreendida em cada texto, ele pôde figurar em mais de uma categoria. Dessa forma, obtivemos nove trabalhos discutindo o desempenho acadêmico, oito sobre democratização do acesso, seis sobre trajetória escolar e avaliação das políticas assistenciais e apenas dois analisando saúde mental e permanência estudantil. A depender da discussão empreendida em cada texto, ele pôde figurar em mais de uma categoria.

Dessa forma, obtivemos nove trabalhos discutindo o desempenho acadêmico, oito sobre democratização do acesso, seis sobre trajetória escolar e avaliação das políticas assistenciais e apenas dois analisando saúde mental e permanência estudantil. A seguir apresentaremos os principais resultados do levantamento realizado e as questões trazidas nos artigos em relação a cada uma das categorias.



3. Resultados e discussão

No tocante à categoria mais presente nos textos – desempenho acadêmico –, os nove artigos que discutiram essa questão afirmam que os benefícios e serviços de apoio oferecidos pela assistência estudantil são fundamentais tanto para a permanência quanto para a conclusão do curso, principalmente para os estudantes mais pobres.

Os artigos que compuseram essa categoria procuraram avaliar o desempenho do aluno durante o curso associado aos programas de assistenciais estudantis.

Nesse sentido, Cespedes, Minhoto, Oliveira, e Rosa (2021) afirmam que o programa de permanência estudantil da Universidade Federal de São Paulo tem sido eficiente para assegurar a permanência de discentes de baixa renda e para oportunizar melhores condições no que se refere ao desempenho acadêmico. Já Alves e Brito (2021) e Souza e Costa (2020) salientam que os discentes, que atestem carência econômica e social conforme parâmetros aplicados pela universidade, podem pleitear o recebimento de algum benefício oferecido pela universidade, tais como residência estudantil, aquisição de material odontológico, material para os centros acadêmicos, auxílio transporte, manutenção e ampliação do conjunto de cursos livres, no entanto, como contrapartida, devem manter êxito no seu desempenho acadêmico durante a trajetória do curso. Scher e Oliveira (2020), por sua vez, destacam que para garantir a permanência e a eficácia na formação do discente é necessário se atentar ao desempenho acadêmico, além de outros aspectos da vida acadêmica. Ganam e Pinezi (2021) apontam que os estudantes atendidos por programas de assistência estudantil apresentaram um grande compromisso com o curso e com a sua formação e, conseqüentemente, com o desempenho acadêmico durante a graduação. Macedo e Soares (2020) demonstraram que o PNAES está colaborando eficientemente para a permanência dos estudantes cotistas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo os resultados mostrado o êxito do programa para o desempenho acadêmico dos discentes atendidos. A pesquisa realizada por Lacerda e Valentini (2018) certifica que o programa de moradia estudantil proporciona um maior desempenho acadêmico dos estudantes e garante a sua permanência na universidade. Andrade e Teixeira (2017) discutem que a assistência estudantil tem como proposta o provimento dos recursos necessários para minimizar os obstáculos e promover a superação dos possíveis impedimentos ao bom desempenho acadêmico, de forma a diminuir o percentual de evasão e de trancamento de matrícula. De acordo com Mendes (2020), a jornada dupla de estudos e trabalho pode acarretar consequências negativas para o desempenho acadêmico, podendo comprometer a permanência estudantil.

Segundo os trabalhos presentes nessa primeira categoria, os benefícios e serviços de apoio oferecidos pela assistência estudantil são de fundamental importância tanto para a permanência quanto para a conclusão do curso, principalmente para os estudantes mais desfavorecidos do ponto de vista socioeconômico. Além disso, proporciona maiores condições para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes e maiores condições para seu melhor desempenho acadêmico.

Em relação à discussão sobre democratização do acesso, presente em oito dos artigos localizados, aponta-se para a importância também da democratização do acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

Alves e Brito (2021) analisaram a política de permanência estudantil empregada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) perante a situação de aderência ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), política de acesso externa à universidade e de abrangência nacional. Conforme os

2022



autores, a inclusão ao SISU na UESB foi importante para a democratização do acesso à universidade, uma vez que possibilitou ao vestibulando a oportunidade de concorrer a um curso em qualquer localidade do país. Segundo a pesquisa de Céspedes et al. (2021), o PNAES é muito importante para as pessoas de baixa renda. Assim, os autores destacam que é necessário convertê-lo em política de Estado, além de expandir os recursos para a permanência estudantil. De acordo com Ganam e Pinezi (2021), embora a democratização do Ensino Superior esteja presente em leis e decretos, no interior das universidades ela muitas vezes apresentar-se como um desafio na medida em que ainda se encontram atitudes de preconceito e discriminação, ameaçando e fragilizando a democratização. Conforme o estudo sobre a avaliação da eficácia do PNAES para permanência de cotistas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) dos autores Macedo e Soares (2020), foi possível perceber que mesmo com o aumento dos recursos do Governo Federal, os investimentos não foram suficientes para suprir os programas para a democratização do acesso ao Ensino Superior. Estudos como o de Souza e Costa (2020) salientam também que os programas de assistência e o direito à Educação necessitam de monitoramento e avaliação, dado que a democratização do acesso precisa de uma gestão eficiente e efetiva, com objetivo de combater a desigualdade existente. Segundo os estudos de Scher e Oliveira (2020) somente o acesso ao Ensino Superior não é capaz de reduzir as desigualdades existentes no país; é preciso uma política de permanência e estímulo à conclusão dos estudos, dirigidos aos novos ingressantes. Para Mendes (2020), a democratização do acesso ao Ensino Superior não está sendo seguida por uma democratização do acesso ao saber. Por outro lado, Andrade e Teixeira (2017), destacam que desde os anos 2000, os organismos públicos e a sociedade civil, entenderam a necessidade de expandir a política de assistência, para além da democratização do acesso, sendo necessário ofertar condições de permanência estudantil.

Diante desta discussão apresentada pelos artigos, aponta-se sobre a importância da democratização não só do acesso à universidade, mas também sobre a permanência do estudante na universidade e conclusão do Ensino Superior como proposta de democratização do acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade e promovido pela Educação. Os artigos enfatizam a questão de que democratizar a educação, para além de democratizar o conhecimento, permite que ocorra a transformação de processos de produção subjetiva, com a inserção de vozes que anteriormente eram excluídas do processo educacional.

Feitas as considerações sobre o segundo indicador categorizado, é a vez de tratar da terceira categoria – trajetória escolar. Os seis artigos em que ela aparece apontam que a trajetória do estudante em situação de pobreza é marcada por questões de ordem material e simbólica que interferem diretamente em sua permanência na universidade, nos índices de retenção bem como no desempenho acadêmico.

O primeiro estudo, de Ganam e Pinezi (2021), aponta que a universidade ainda se constitui enquanto um espaço hostil para os estudantes mais pobres, e apesar dos discursos de democratização e de redução da exclusão que ocorria na restrição do acesso, ainda persistem práticas de preconceito e discriminação no interior da universidade pública. Segundo Mendes (2020), a trajetória do estudante precisa ser marcada pela constituição da cultura e da identidade estudantil para que se possa desenvolver o sentimento de pertencimento que é fundamental para a integração. Trazendo o mesmo raciocínio, os autores Scher e Oliveira (2020), pontuam que muitas são as contradições e as fragilidades trazidas pelos estudantes em situação de pobreza, sendo que estas são reflexos de sua origem social e de sua situação socioeconômica. Os autores afirmam que estes fatores influenciam diretamente na trajetória do estudante dentro da universidade, pois o simples acesso à universidade, apesar de condição necessária, não é o suficiente para promover condições de sucesso e de



permanência deles. Na concepção de Andrade e Teixeira (2017), é muito importante considerar o desenvolvimento psicossocial para além das questões de rendimento, de sucesso universitário e a trajetória universitária deve fortalecer a identidade. De acordo com Macedo e Soares (2020), a trajetória dos estudantes, atendidos pela permanência estudantil, é marcada pela importância do diploma universitário, pois essa diplomação representa a possibilidade de mudança da situação social e econômica deles, constituindo-se numa possibilidade de acesso ao conhecimento para a transformação da realidade. Segundo Alves e Brito (2021), as políticas de assistência estudantil são fundamentais para que os grupos de alunos que antes eram excluídos do Ensino Superior possam trilhar sua trajetória acadêmica e não estejam fadados a evadirem dos bancos universitários.

De acordo com o que foi discutido neste indicador, os trabalhos apontam que a trajetória do estudante em situação de pobreza é marcada por questões de ordem material e simbólica que interferem diretamente em sua permanência na universidade bem como nos índices de retenção e desempenho. A assistência estudantil então é vista como repercutindo positivamente na trajetória acadêmica deste estudante. Os autores deste indicador discutem que esse grupo de estudantes é mais vulnerável a evasão e, por isso, as políticas de assistência estudantil para além do auxílio financeiro, devem atender também a questões de ordem pedagógica, psicossocial, que permitam o desenvolvimento nesses estudantes do sentimento de pertencimento e da identidade de estudante universitário.

Sobre a avaliação das políticas assistenciais – quarta categoria –, os seis artigos encontrados indicam a importância da existência das políticas de assistência estudantil para a permanência dos estudantes das camadas sociais mais desfavorecidas financeiramente.

Céspedes et al. (2021), ao analisar a eficácia do Programa de Auxílio para Estudantes (PAPE) por meio de índices de condição acadêmica e de desempenho na universidade, constataram que o programa tem alcançado o seu propósito de gerar condições de permanência do discente em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Nos estudos de Ganam e Pinezi (2021), os autores mostraram que, os programas de Assistência Estudantil são cruciais para propiciar não somente a permanência dos discentes, mas também são essenciais para o ingresso deles. Ademais, esses alunos dedicam-se exclusivamente para a vida acadêmica, possibilitando o maior envolvimento em projetos acadêmicos no decorrer do curso. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) mostra-se eficaz conforme relatado por Macedo e Soares (2020), conseguindo alcançar os cotistas de todos os cursos da universidade, atingindo o seu propósito principal, que é a democratização das condições de permanência dos estudantes no Ensino Superior. Souza e Costa (2020) procuraram verificar o Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Os autores destacam que as limitações no monitoramento e na avaliação do campo da assistência estudantil, sendo que estas, de acordo com estes autores, figuram como um meio importante para a diminuição das desigualdades existentes no ensino superior brasileiro. Lacerda e Vicentini (2018), ao analisarem o programa de moradia estudantil da Universidade Federal Fluminense, verificaram que o programa impactava positivamente sobre a permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Dentro desta perspectiva, a pesquisa de Andrade e Teixeira (2017) aponta ser necessária a existência de serviços de apoio e de políticas de assistência estudantil que sejam promotoras de condições para o desenvolvimento do estudante na sua capacidade de pensar e de seu futuro e estabelecer planos a médio e longo prazo para sua realidade, de forma a atender suas necessidades básicas e tirá-lo da zona de vulnerabilidade.



A construção deste indicador aponta para a importância da existência das políticas de assistência estudantil para a permanência dos estudantes das camadas sociais mais desfavorecidas financeiramente. Além disso, essas políticas contribuem também para um maior acesso ao Ensino Superior, por estes estudantes terem conhecimento da possibilidade de pleitear os serviços de assistência estudantil para sua subsistência e oportunidade de acesso a outros serviços de apoio.

E, por fim, a última categoria de análise – saúde mental – está presente em apenas dois artigos, que afirmam ser fundamental a problematização da Universidade e das relações desenvolvidas no contexto acadêmico em busca da saúde mental dos estudantes universitários como forma de ações institucionais para promover a permanência estudantil.

O primeiro deles é o estudo realizado por Macedo e Soares (2020), na Universidade Federal da Bahia, que constatou a ausência de ações ou programas de apoio à cultura e esporte o que, segundo os autores, se constituem em estratégias fundamentais para a saúde mental dos estudantes. O estudo de Osse e Costa (2011) discute sobre as condições psicossociais e a qualidade de vida dos estudantes da Universidade de Brasília, afirmando ser importante que a universidade amplie seus recursos e serviços com políticas sociais de ampliação do acesso à cultura, ao lazer e à assistência física e mental como forma de garantir a integração do estudante ao universo acadêmico e a permanência estudantil.

De acordo com os autores discutidos neste indicador, é fundamental a problematização da Universidade e das relações desenvolvidas no contexto acadêmico em busca da saúde mental dos estudantes universitários como forma de ações institucionais para promover a permanência estudantil. Destaca-se o pequeno número de trabalhos que versam especificamente sobre a dimensão simbólica da experiência universitária, notadamente a questão da saúde mental. Nesse sentido, apontamos a necessidade de mais estudos que enfoquem essa temática.

4. Conclusão

Com a realização deste trabalho, constatou-se a importância das políticas institucionais de assistência estudantil na universidade tanto no acesso quanto na permanência do discente. Compreendemos que estudar políticas de permanência estudantil dentro das instituições de Ensino Superior, tendo em vista diminuir o abandono nesse nível de ensino, implica uma investigação que englobe tanto questões macrossociais (históricas, políticas, econômicas, materiais) quanto microssociais relativas a aspectos simbólicos e subjetivos da experiência universitária.

A pesquisa sobre a permanência estudantil pode contribuir para a compreensão dos mecanismos que permeiam as políticas institucionais presentes nas universidades, e a partir desse conhecimento ter mais clareza da existência ou não de políticas institucionais de assistência estudantil nas universidades que se propõem a contribuir positivamente para a experiência universitária e a permanência no ambiente acadêmico dos estudantes em situação de pobreza. Por se tratar de uma breve revisão de literatura, com artigos publicados no Brasil, sugere-se para futuros trabalhos, uma ampliação da base de dados que possam trazer maiores contribuições sobre a temática.

Referências

Alves, D. C., & Brito, M. L. L. (2021). Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SiSU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia. *Avaliação Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 26(1), 24–44.

2022



Andrade, A. M. J. de, & Teixeira, M. A. P. (2017). Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. *Avaliação Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 22(2), 512–528.

Cespedes, J. G., Minhoto, M. A. P., Oliveira, S. C. P. de, & Rosa, A. da S. (2021). Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. *Ensaio*.

Cunha, L. C.V. da, Silva, A. R., Plantullo, V. L., & Paiva, D. L. de (2014). Políticas públicas de incentivo à educação superior brasileira: acesso, expansão e equidade. *Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística*, 4(4).

Ferraz, M. O. M., Pires, E. D. P. B., Gomes, M. do A. A., Souza, J. W. S., Bezerra, S. O. N., Silva, S. S., & Miranda, H. O. (2020). A “democratização” do acesso ao Ensino Superior em tempos neoliberais. *Brazilian Journal of Development*, 6 (8), 61185–61196.

Ganam, E. A. S., & Pinezi, A. K. M. (2021). Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. *Educação em Revista*, 37(1).

Lacerda, I. P., & Valentini, F. (2018). Impacto da Moradia Estudantil no Desempenho Acadêmico e na Permanência na Universidade. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(2), 413–423.

Lima, T. C. S. de, & Mioto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, 10(spe), 37–45.

Macedo, G. D., & Soares, S. de P. L. (2020). Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. *Avaliação Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 25(2), 439–457.

Mendes, M. T. (2020). Crítica ao conceito de afiliação de Alain Coulon: implicações para a permanência estudantil. *Educação em Revista*, 36.

Osse, C. M. C., & Costa, I. I. da. (2011). Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 28(1), 115–122.

Scher, A. J., & Oliveira, E. M. (2020). Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza/PR. *Avaliação Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 25(1), 5–26.

Souza, R. C. de, & Costa, M. A. T. S. da. (2020). Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. *Ensaio*, 28(107), 362–385.